

Marrocos, o novo aliado de Portugal (1769-1822)

A h m e d B o u c h a r b

Faculdade de Ciências Humanas, Ain Chok, Casablanca

A EVACUAÇÃO DE MAZAGÃO, o último presídio português em Marrocos, em 1769, representa uma viragem nas relações luso-marroquinas e o início de uma nova era de relações de cooperação entre os dois países, relações predefinidas num tratado de paz e de comércio devidamente ratificado e constantemente revitalizado pela troca de embaixadores, de ofertas, de felicitações e de condolências.

Apesar da conjuntura internacional do final do século XVIII e do início do século XIX e das situações políticas e económicas por vezes difíceis nos dois países, Portugal tornou-se o principal aliado de Marrocos e ambas as partes fizeram firmemente questão de aprofundar os laços que os uniam e respeitaram escrupulosamente as cláusulas do tratado que os unia.

O leitor das fontes portuguesas e nomeadamente das existentes no consulado de Tânger não deixará certamente de ficar surpreendido com a harmonia reinante entre os dois países desde a assinatura da primeira trégua, a ausência de qualquer diferendo por menor que este pudesse ser, a disponibilidade de cada uma das partes para satisfazer os pedidos da outra, mesmo quando as condições internas ou diplomáticas o não permitiam. Muitas vezes, estes gestos de cortesia ou de apoio político-militar não eram unicamente ditados por considerações diplomáticas ou protocolares. Eram de facto expressão de sentimentos de amizade e de consideração sinceros. Não se viu Sidi Mohammed ben Abdellah ordenar a punição em Tânger dos corsários argelinos que haviam maltratado um português?¹ Não haviam os sultões explicado alguns dos seus gestos em relação a Portugal ou aos seus habitantes pela amizade que tinham pela rainha?² Não se viu, do mesmo modo, o rei de Portugal libertar dois navios de corso marroquinos capturados em flagrante delito, e recolher outros obrigados a refugiar-se nos portos portugueses? Não declinou Portugal a oferta de venda maciça de trigo proposta

pelos rebeldes à autoridade do sultão marroquino apesar da raridade desse produto no país?³ etc.

A evacuação de Mazagão pôs termo ao estado de guerra que não servia os interesses estratégicos e económicos de nenhum dos dois países vizinhos. O sultão marroquino deixara de ter razões para manter esse estado de coisas, tanto mais que libertara a última cadeia nas mãos dos portugueses e optara por um desenvolvimento de trocas comerciais com a Europa, como nos demonstra a carta por ele enviada a todos os representantes das nações europeias em Marrocos⁴. Tal escolha marginalizou o curso que deveria deixar de representar a principal fonte de recursos para o tesouro⁵. Três meses apenas após a evacuação de Mazagão, ele tomou a iniciativa de pedir a Portugal a assinatura de uma trégua.

A escolha de Portugal não era gratuita. Corresponhia a uma estratégia bem definida pelo sultão. Ao decidir abrir-se aos países europeus e dar prioridade às trocas comerciais com estes, a manutenção de uma frota de corso e o desejo de reduzir o impacto da superioridade das marinhas europeias obrigavam-no a assegurar portos europeus próximos das áreas das suas operações que lhe permitissem recolher-se aí em caso de perseguições ou de dificuldades. O sultão não podia encontrar melhor do que Portugal e as suas ilhas. A assinatura de um tratado de paz, abrindo os portos marroquinos e portugueses aos navios dos dois países, assegurou à frota marroquina um lugar de abrigo em caso de necessidade. Foi assim que os navios de corso marroquinos recorreram em diversas ocasiões a este precioso serviço. Sidi Mohammed ben Abdellah ordenava aos seus capitães que se refugassem sistematicamente em caso de dificuldade em portos portugueses; aqueles que o não fizeram foram castigados.⁶ O sultão tinha o hábito de avisar o cônsul português do programa das saídas dos seus navios que: «Em caso de necessidade, têm ordem para não procurarem outros portos que os de Portugal onde



espera que sejam bem recebidos, que jamais se poderá esquecer da real e generosa acção de Sua Majestade Fidelíssima em lhe restituir dois dos seus corsários prisioneiros de Lisboa.»⁷ O mesmo cônsul português assinala em correio de 22 de Outubro de 1777 que um bergantim de vinte peças e cem homens de tripulação recentemente construído em Salé acabava de se fazer ao largo e que «para se reconhecer melhor a sua qualidade e ensaiar a gente antes de se recolher, dizem fará escala pela ilha da Madeira e Lisboa».⁸

Os navios que dispunham de documentos oficiais eram bem acolhidos pelas autoridades portuguesas. Um bergantim de 14 peças e de cem homens de equipagem fundeou na Madeira. Após verificação dos documentos, o governador «lhe concedeu toda a liberdade e franqueza que se costuma conceder aos navios de nações amigas e aliadas; de forma que os

mouros do referido bergantim, depois de nove dias de residência, não podiam vir mais satisfeitos do agrado e atenção de todos aqueles habitantes segundo publicaram aqui, logo que desembarcaram».⁹

Esta possibilidade durou muito tempo uma vez que o cronista marroquino Adu'aif assinala que durante o ano de 1804, os *rais* Tahar Awad, Brahim Loubaris e Sbiyaâ visitaram por ordem de Mulay Soulaymane o porto de Lisboa¹⁰. A 1 de Janeiro de 1829, o cônsul português previne o ministro marroquino Taleb ben Jelloun que um

navio pilotado por Aberrahmane ben Brahim Brital se refugiou em Lisboa onde se reabasteceu a expensas do tesouro português «sem contrapartida, mas unicamente para festejar a sua chegada e exprimir a amizade antiga e indefectível entre os nossos dois soberanos...»¹¹

O quadro¹² seguinte traça as diferentes prestações fornecidas à frota marroquina nos reinados de Sidi Mohammed ben Abdellah e de Mulay Soulaymane pelo arsenal português e assinala algumas entregas de munições pedidas pelos sultões marroquinos:

DATA	PEDIDO EMANADO DE	TIPO DE SERVIÇO	VALOR DO SERVIÇO	OBSERVAÇÕES	FONTES
2.9.1776	Sidi Mohammed ben Abdellah	Autorizar os navios a utilizar em caso de necessidade os portos portugueses			A.H.U. Norte África, caixa 417
14.10.1776		Um navio marroquino refugia-se na Madeira onde foi bem recebido			A.H.U. Norte de África, cx. 417
22.10.1777		Escala em Lisboa e Madeira		Navio de corso em ensaio	A.H.U., Norte de África, cx. 417
20.12.1780	Sidi Mohammed ben Abdellah	Reparação de um navio de corso	Valor desconhecido	O sultão avisado por Mohamed El Anaia, o «Rais» do navio	A.H.U., Norte de África, cx. 404
3.4.1781		Reparação de um navio de corso		Navio levando a bordo o embaixador Mohamed El Anaia	A.H.U., Norte de África, cx. 424
De 19.11.1784 a 19.6.1785	Sidi Mohammed ben Abdellah	Reparação de uma fragata, assistência à tripulação, reparação da aparelhagem de artilharia	Valor 18.201\$789 reis	Serviço executado no arsenal do exército e da marinha a cargo do tesouro	A.H.U., Norte de África código 977, fols. 146-147
Abril 1788	Sidi Mohammed ben Abdellah	Reparação e fabrico da aparelhagem de uma fragata marroquina e de artilharia	Valor desconhecido	Carta da rainha D. Maria ao sultão com a lista das encomendas e serviços de reparação com um pedido em contrapartida de renovação do apoio à esquadra do estreito	A.H.U., Norte de África, código 997, fols. 167

DATA	PEDIDO EMANADO DE	TIPO DE SERVIÇO	VALOR DO SERVIÇO	OBSERVAÇÕES	FONTES
14.6.1797	Mulay Soulaymane	163 barris de pólvora	Valor desconhecido O sultão enviara ouro para esta operação	Cada barril pesava meio quintal português, ou seja 4,7 toneladas	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, MNE, 299
12.12.1799	Mulay Soulaymane	Encomenda de 10 000 pesos duros de pólvora e 15 000 pesos de crés	Valor desconhecido	Pedido análogo aos outros cônsules a deduzir dos direitos de alfândega	A.H.U., Norte de África, cx. 389
Entre Maio e Junho de 1800	Mulay Soulaymane	Envio de 8,25 toneladas e 40,5 toneladas de pólvora	Valor 100 220 reais duros, 2,5 onças	Em Maio, chegada da primeira quantidade e em Agosto da segunda. Trata-se da maior remessa efectuada	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, MNE, 299
7.7.1800	Mulay Soulaymane	Encomenda de 25 000 pesos duros de crés e de 50 000 de pólvora			A.H.U., Norte de África, código 978.
25.10.1803		Reparação da aparelhagem de uma fragata marroquina e «refresco»		Numa carta ao cônsul, o rei português promete o envio de um presente (1000 peças de crés) se o sultão autorizar a exportação de 30 mil <i>fanegas</i> de trigo e 90 mil de centeio e renova o habitual reabastecimento da esquadra do estreito	A.H.U., Norte de África, código, 978
13.10.1804	Mulay Soulaymane	Reparação de 2 fragatas marroquinas no arsenal da marinha e abastecimento		Carta de agradecimento dos dois «rais», Ibrahim e Hagi Tahar	A.H.U., Norte de África, código 978.
1811		2000 qts de pólvora	Oferecidos	Este gesto responde à autorização de exportar trigo.	A.H.U., Norte de África, cx 413.
Set. 1821		Ajuda a um navio marroquino			ANTT MNE, 299
Jan. 1829		Ajuda a um navio marroquino		Carta do cônsul ao ministro Taleb ben Jelloun	ANTT, MNE, 299.
Ag. 1831	Mulay Aberrahmane	Canhões, munições, etc.			ANTT, MNE, 299

Trata-se certamente de acções raras, espaçadas no tempo e de fraca importância. Segundo a nossa documentação, as primeiras entregas assinaladas datam de Junho de 1797, isto é, 23 anos após a assinatura do Tratado de Paz e de Comércio. Portugal não foi pois solicitado antes da morte de Sidi Mohammed ben Abdellah. Mulay Soulaymane esperou cinco anos após a sua entronização para o fazer.

Tratava-se de remessas de munições, e sobretudo de pólvora. Os canhões apenas são mencionados em 1831. Ora a Espanha tinha entregue a Mulay Soulaymane, segundo informação enviada pelo cônsul português ao seu governo, a 23 de Abril de 1798, 300 quintais de pólvora, perto de 400 bombas, 600 balas, três ou quatro canhões (morteiros) de bronze e algumas espingardas. É verdade que o cônsul português não estava certo das quantidades, mas especificou que o estava em relação à parte que enviava essas munições¹³. A Inglaterra mandara, também ela, em 1821, peças de artilharia e seus acessórios.¹⁴

Mulay Soulaymane era o principal beneficiário dessas remessas. O que se explica pela duração do seu reinado e pelas dificuldades que teve de enfrentar (pretendentes, tribos). A principal remessa chegou no ano de 1800: cerca de 49 quintais entre Maio e Junho e equivalendo a 50 mil *duros* em Julho (ver quadro).

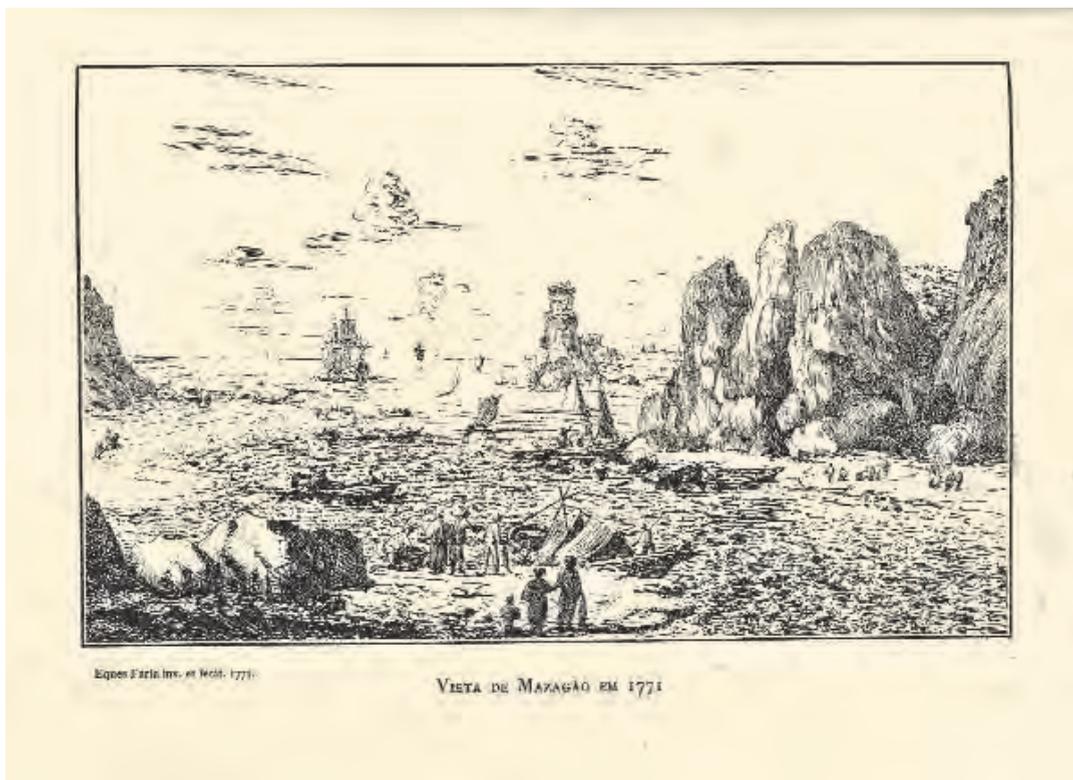
Por outro lado, a situação interna de Portugal parece não permitir sempre satisfazer o pedido – mínimo – de Marrocos. Quando Mulay Soulaymane enviou em 1797 o ouro necessário para a compra da pólvora pedida, os responsáveis portugueses tinham eles próprios necessidade de armas e de munições por razões de defesa nacional. Na resposta ao pedido do sultão, informaram-no da venda do ouro enviado, da compra da pólvora pedida e do envio de um navio fretado que fizeram escoltar até Tânger. E assinalavam que se haviam feito isso, era em

virtude do amor que tinham pela sua Pessoa Real e que sem essa consideração, «não teriam autorizado a saída daquela pólvora do seu país... pois se encontram na extrema necessidade do pequeno “arrátel” dessa pólvora pois Vossa Alteza está ao corrente das guerras terrestres e marítimas que travam contra o inimigo. Mas apesar disso, acederam favoravelmente ao pedido como prova inequívoca do amor que por ele têm».¹⁵

Não encontramos qualquer venda de navios a Marrocos, contrariamente ao que aconteceu com a Espanha que ofereceu a Mulay Soulaymane uma fragata e alguns canhões.¹⁶

Igualmente, não temos notícia do envio de militares em estágio para Portugal ou da chegada de técnicos portugueses a Marrocos, como no caso do cunhar de moeda no reinado de Sidi Mohammed ben Abdellah.¹⁷

Por seu turno, Portugal, que atribuía grande importância ao espaço atlântico e à segurança da sua navegação¹⁸, tinha interesse em responder favoravelmente à proposta do sultão marroquino. Com efeito, precisava de neutralizar o corso marroquino, e sobretudo impedir os corsários de Argel, mais virulentos e mais devastadores, de utilizarem os portos marroquinos e assegurar, a partir destes mesmos portos, a logística necessária à esquadra do estreito enviada pelo governo português para defender a sua frota comercial e assegurar a segurança das suas costas. Tinha pois interesse em pôr fim à situação de guerra que prevalecia em Marrocos e que se arriscava, caso se mantivesse, a atingir a economia nacional e navegação do país, nomeadamente com o Brasil¹⁹. A corte portuguesa apressou-se pois a responder favoravelmente aos gestos do sultão marroquino que acabava de enviar o seu mandatário Manoel de Pontes portador de uma carta de 5 de Setembro de 1769 ao rei D. José. Estavam portanto reunidas as condições para a assinatura de uma tré-



gua a 1 de Setembro de 1769. Esta foi renovada duas vezes, antes de ser substituída pelo tratado de paz e de comércio de 1774.

Esta estratégia de defesa dos interesses nacionais, na qual o Atlântico e o curso ocupavam um lugar predominante, surge claramente nas instruções escritas e detalhadas²⁰ entregues com o projecto do tratado ao embaixador José Roleen Van-Deck antes da sua partida para Mogador, em Setembro de 1773. Estas instruções contavam nada menos de 64 artigos destinados a facilitar a tarefa do emissário português e a garantir ao país o máximo de vantagens. Como era de esperar, os temas relacionados com o curso e a navegação eram privilegiados. O diplomata devia alcançar um objectivo muito preciso: libertar e pacificar os

movimentos marítimos por um lado e conceder o livre acesso aos portos marroquinos ricos em produtos estratégicos por outro. Devia pois velar pela prorrogação da «trégua e o cessar-fogo que felizmente duram há alguns anos entre as Cortes de Portugal e de Marrocos».

O acordo de comércio e de navegação ratificado no início de 1774 contém 22 artigos²¹ que instituem entre as duas partes a livre circulação de pessoas e bens, a garantia da sua segurança e a não-agressão contra os navios e os portos de cada um dos dois Estados, bem como a nomeação de um cônsul português em Marrocos. O mesmo tratado assegura aos navios e às pessoas que frequentavam os portos marroquinos um certo número de garantias. Portugal pôde assim conceder a si próprio cláusulas reservadas

a parceiros europeus há muito instalados em Marrocos, como a Espanha ou a Inglaterra.

O Tratado de 1774 representa a base jurídica das relações posteriores entre Marrocos e Portugal. Foi ratificado por Mulay Yazid no início de Fevereiro de 1790 e por Mulay Soulaymane a 22 de Junho de 1798.²²

A historiografia portuguesa considera a assinatura deste tratado de paz como uma grande vitória da diplomacia portuguesa²³. É verdade que as escolhas estratégicas e económicas de Sidi Mohammed ben Abdellah facilitaram a tarefa dos negociadores portugueses. Em carta redigida durante o mês de Fevereiro de 1779, e destinada a Martinho de Mello e Castro, o cônsul português em Mogador insiste nas vantagens desta paz que assegura a segurança da navegação com o Brasil e lembra que em 1759 «perdeu a nação portuguesa um milhão de cruzados, por bom cálculo, em seis navios que nos tomaram os corsários de Salé e Larache nas suas cargas e no resgate de pessoas que se achavam dentro, sem se contemplar outro milhão de lágrimas que deramaram os captivos, seos pais, mulheres e filhos, vendo-se desamparados a pobreza e mais desordens que procedem de semelhantes desgraças».²⁴

A importância estratégica de Marrocos para Portugal foi sendo confirmada todos os anos. A morte de Sidi Mohammed ben Abdellah suscitou preocupações nos responsáveis portugueses e foi para eles um verdadeiro exercício de discernimento político. As «Reflexões sobre a conveniência e vice-versa de se estabelecer a paz com o rei de Marrocos»²⁵, redigidas entre 1790 e 1792, fazem da aliança entre os dois países uma escolha estratégica vital e incontornável para Portugal.

O autor insiste em primeiro lugar na situação geográfica de Marrocos que possui uma longa costa mediterrânica e atlântica com oito ou nove portos que podem todos abrigar cor-

sários que dispõem por vezes de embarcações de 24 ou 30 peças de artilharia «que são mais do que se precisa para inquietar e molestar infinitamente a nossa marinha mercante». Acrescenta que no caso da paz com os marroquinos não ser renovada, será então difícil, até mesmo impossível, impedir a sua união com os corsários de Argel. Nesse caso, a esquadra do estreito será incapaz, mesmo com cinquenta embarcações de guerra, de assegurar a segurança dos navios comerciais, o que terá como efeito o aumento das despesas de seguro. O autor aconselha pois ao seu governo que faça o necessário para que Mulay Yazid ratifique o tratado de paz satisfazendo se for caso disso os pedidos pecuniários.

O autor insiste depois no apoio logístico por parte de Marrocos na defesa de Portugal, do seu litoral e da frota comercial e no papel que desempenha na luta que os portugueses travam contra os corsários:

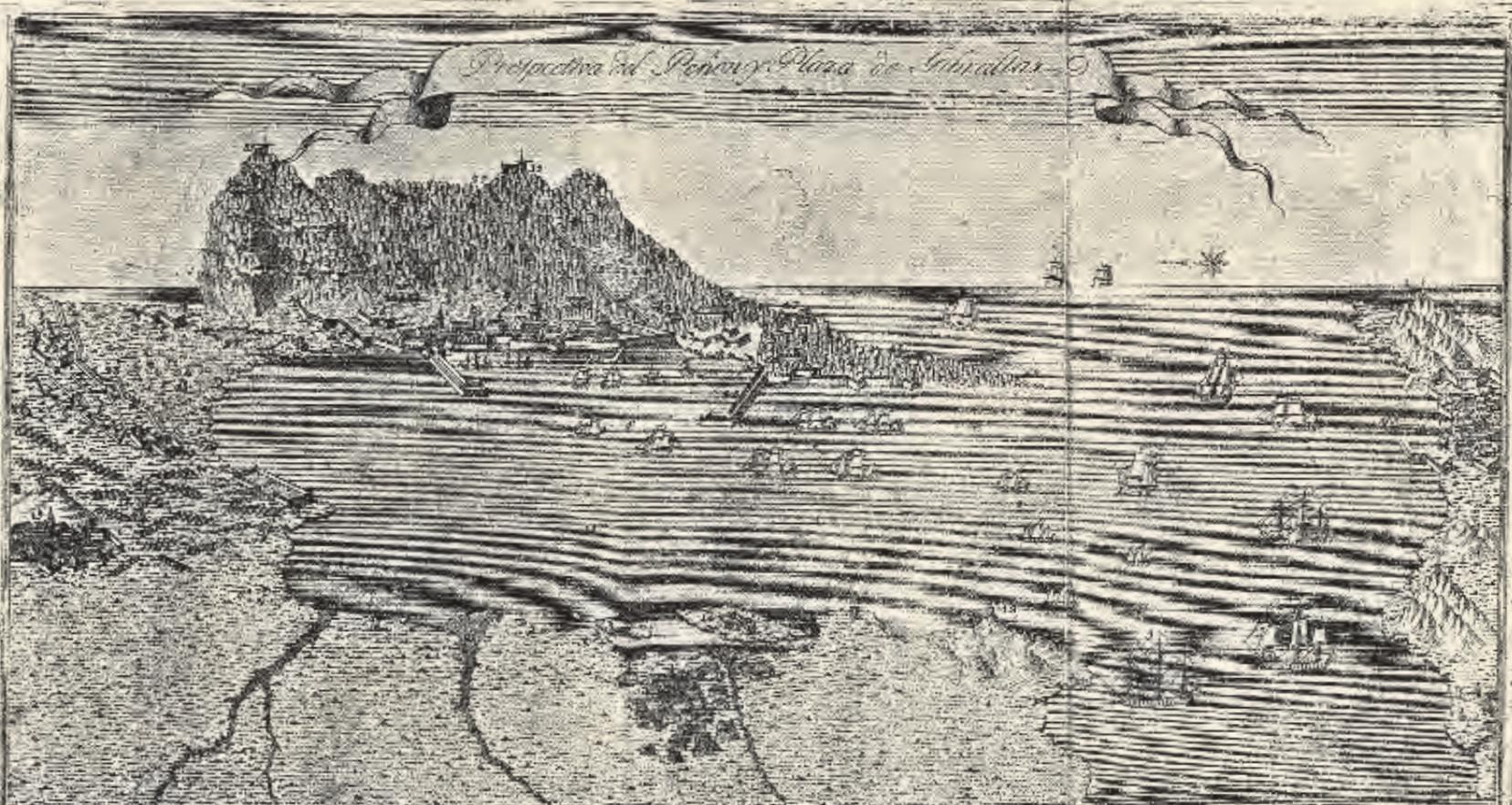
«A paz com Marrocos nos facilita o cruzeiro da nossa esquadra contra os argelinos e mais potências barbarescas do Mediterrâneo. Os marroquinos assistem à dita esquadra em mantimentos livres de direitos; e além disto, costumam mandar gratuitamente refrescos avultados à dita esquadra. Temos as suas bahias e portos abertos para a nossa navegação; e o tratado que existe entre as duas cortes he inteiramente a favor de Portugal que pode extrahir livremente daquelle paiz todos os géneros das suas produções, pagando direitos diminuidos a os que pagam as mais naçoens. E sobretudo, a segurança que a marinha mercante experimenta no Oceano he de hum preço infinito.»

Antes de terminar estas reflexões, o autor não hesita em afirmar que: «Finalmente, com a guerra pouco ou nada têm os marroquinos que perder, e muitos que ganhar.»²⁶

Este apoio logístico era, desde o início das negociações com Marrocos, o objectivo essencial

Vista de Gibraltar e Porto de Ceuta em 1779, in Afonso de DORNELAS, «História e Genealogia», vol. IV, Lisboa: Livraria Ferin, 1916. Biblioteca Nacional de Lisboa

Prospectiva del Peñon y Plaza de Gibraltar



- 1. Calle de San Pedro de Casa
- 2. Calle de San Pedro
- 3. Calle de San Pedro
- 4. Calle de San Pedro
- 5. Calle de San Pedro
- 6. Calle de San Pedro
- 7. Calle de San Pedro
- 8. Calle de San Pedro
- 9. Calle de San Pedro
- 10. Calle de San Pedro
- 11. Calle de San Pedro
- 12. Calle de San Pedro
- 13. Calle de San Pedro
- 14. Calle de San Pedro
- 15. Calle de San Pedro
- 16. Calle de San Pedro
- 17. Calle de San Pedro
- 18. Calle de San Pedro
- 19. Calle de San Pedro
- 20. Calle de San Pedro
- 21. Calle de San Pedro
- 22. Calle de San Pedro
- 23. Calle de San Pedro
- 24. Calle de San Pedro
- 25. Calle de San Pedro
- 26. Calle de San Pedro
- 27. Calle de San Pedro
- 28. Calle de San Pedro
- 29. Calle de San Pedro
- 30. Calle de San Pedro
- 31. Calle de San Pedro
- 32. Calle de San Pedro
- 33. Calle de San Pedro
- 34. Calle de San Pedro
- 35. Calle de San Pedro
- 36. Calle de San Pedro
- 37. Calle de San Pedro
- 38. Calle de San Pedro
- 39. Calle de San Pedro
- 40. Calle de San Pedro
- 41. Calle de San Pedro
- 42. Calle de San Pedro
- 43. Calle de San Pedro
- 44. Calle de San Pedro
- 45. Calle de San Pedro
- 46. Calle de San Pedro
- 47. Calle de San Pedro
- 48. Calle de San Pedro
- 49. Calle de San Pedro
- 50. Calle de San Pedro



- 51. Calle de San Pedro
- 52. Calle de San Pedro
- 53. Calle de San Pedro
- 54. Calle de San Pedro
- 55. Calle de San Pedro
- 56. Calle de San Pedro
- 57. Calle de San Pedro
- 58. Calle de San Pedro
- 59. Calle de San Pedro
- 60. Calle de San Pedro
- 61. Calle de San Pedro
- 62. Calle de San Pedro
- 63. Calle de San Pedro
- 64. Calle de San Pedro
- 65. Calle de San Pedro
- 66. Calle de San Pedro
- 67. Calle de San Pedro
- 68. Calle de San Pedro
- 69. Calle de San Pedro
- 70. Calle de San Pedro
- 71. Calle de San Pedro
- 72. Calle de San Pedro
- 73. Calle de San Pedro
- 74. Calle de San Pedro
- 75. Calle de San Pedro
- 76. Calle de San Pedro
- 77. Calle de San Pedro
- 78. Calle de San Pedro
- 79. Calle de San Pedro
- 80. Calle de San Pedro
- 81. Calle de San Pedro
- 82. Calle de San Pedro
- 83. Calle de San Pedro
- 84. Calle de San Pedro
- 85. Calle de San Pedro
- 86. Calle de San Pedro
- 87. Calle de San Pedro
- 88. Calle de San Pedro
- 89. Calle de San Pedro
- 90. Calle de San Pedro
- 91. Calle de San Pedro
- 92. Calle de San Pedro
- 93. Calle de San Pedro
- 94. Calle de San Pedro
- 95. Calle de San Pedro
- 96. Calle de San Pedro
- 97. Calle de San Pedro
- 98. Calle de San Pedro
- 99. Calle de San Pedro
- 100. Calle de San Pedro

VISTA DE GIBRALTAR E PORTO DE CEUTA EM 1779
 Original n.º 5.º 17790111



pretendido pelos negociadores portugueses. Tratava-se sobretudo de assegurar à esquadra portuguesa do estreito o apoio de que ela carecia, nomeadamente assegurando-lhe portos onde pudesse refugiar-se em caso de tempestade ou de ataques e garantindo-lhe os produtos de que necessitava. Conscientes das dificuldades, sobretudo financeiras, que perturbavam o reforço do pessoal e a renovação dos equipamentos da referida esquadra, os responsáveis portugueses não cessaram nunca de renovar este pedido na correspondência com a corte marroquina. Encontra-se alusão a esta questão na carta enviada pelo paxá de Tânger a Martinho de Mello e Castro onde é assina-

lado o acordo do sultão para entregar à referida esquadra «tudo quanto lhe era necessário além do habitual refresco»²⁷. O sultão ordenara igualmente que fossem bem tratados os cidadãos da coroa portuguesa e que os preferissem às outras nações, por causa, diz ele, da amizade que a rainha tinha por ele²⁸. É devido a esta mesma amizade que os navios de guerra portugueses estão dispensados de pagar a taxa que as outras nações pagavam sobre o «refresco»²⁹ que lhes era servido. Este favorecimento desagradou a Inglaterra, considerada há muito como a nação mais favorecida em Marrocos.³⁰ Do mesmo modo, o porto de Tânger, o mais próximo do seu campo de acção,

Vista de Ceuta em 1848, in Afonso de DORNELAS, «História e Genealogia», vol. IV, Lisboa: Livraria Ferin, 1916.
Biblioteca Nacional de Lisboa

estava-lhes permanentemente aberto³¹, gozando até da protecção das autoridades marroquinas.³²

Este acordo do sultão devia ser muito apreciado em Lisboa pois foi adquirido num momento de recrudescimento da actividade corsária a que a frota portuguesa era incapaz de fazer frente.³³

Para além das trocas de serviços, as duas cortes fizeram questão de evitar tudo quanto pudesse prejudicar o clima de confiança instaurado entre ambas. Foi assim que Portugal respeitou o seu compromisso de não apoiar a rebelião no país e apoiou sempre Mulay Soulaymane na luta contra o pretendente Mulay Hicham, mesmo controlando as planícies cerealíferas e os portos que exportavam maiores quantidades de trigo. Recusou receber a embaixada que lhe foi

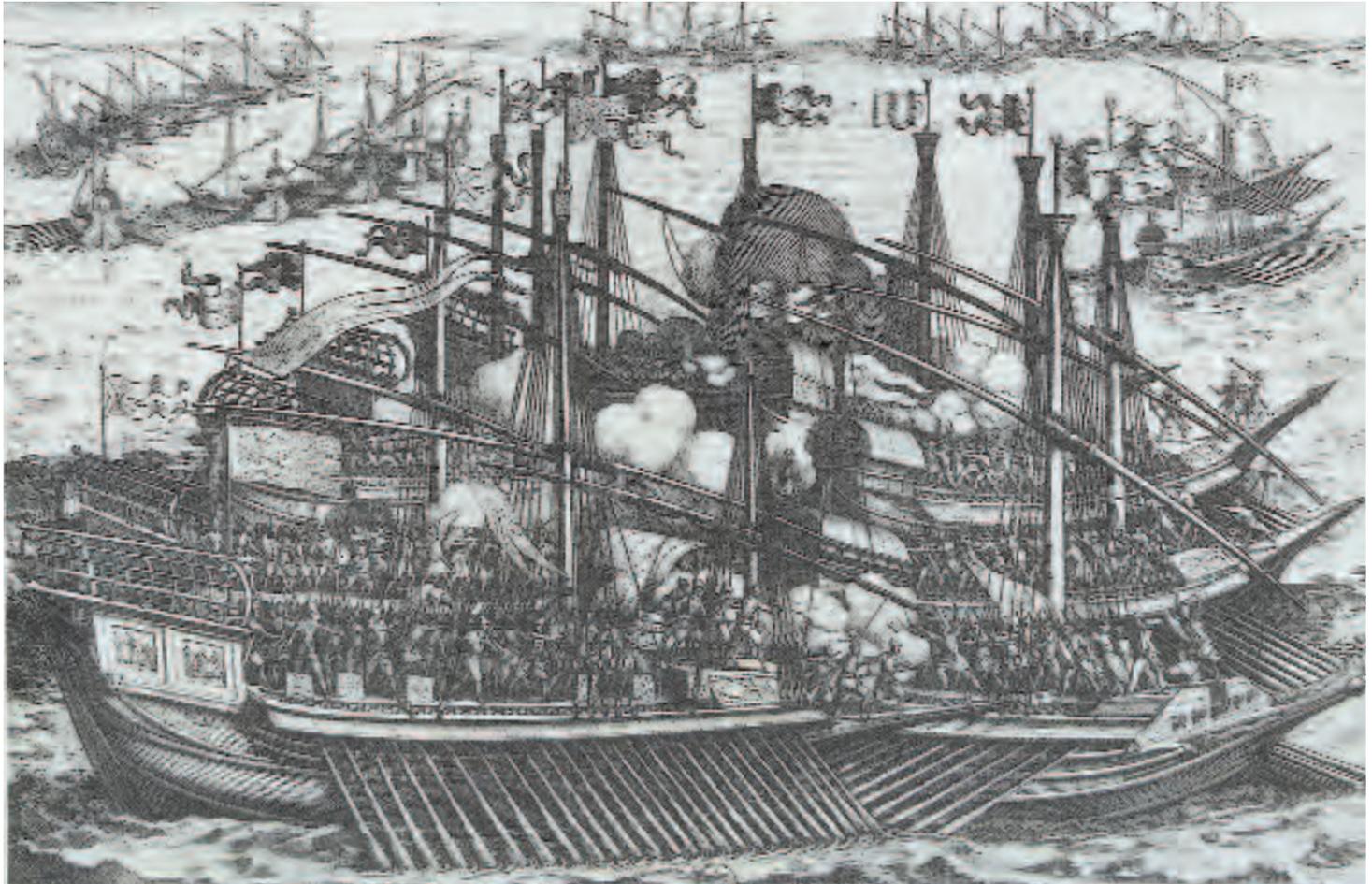
enviada, aconselhou o caí de Safi a submeter-se a Mulay Soulaymane e propôs até a este último ajudá-lo a pôr fim à rebelião daquela cidade mediante o envio de barcos a fim de a cercarem por mar no momento do cerco pelas tropas do sultão.³⁴

A ajuda fornecida por Portugal foi por vezes decisiva. A pólvora entregue em 1797 permitiu a Mulay Soulaymane pôr termo à rebelião do Mulay Abdel Malek e do Mulay Houcine, entrar pela primeira vez em Marraquexe desde a sua subida ao trono e submeter as tribos ainda rebeldes, nomeadamente as do Rif.

De igual modo, e contrariamente à maioria dos Estados europeus de então, Portugal nunca atacou portos marroquinos ou ameaçou fazê-lo.³⁵

Tânger numa gravura de A. Aveline (século. XVIII), in João Thomas CORREA, *Livro de varias plantas deste reino e de Castela*.
Biblioteca Nacional de Lisboa





Marrocos não poupou esforços para satisfazer os pedidos do seu aliado. Além das facilidades concedidas à esquadra do estreito e aos comerciantes, as autoridades marroquinas tiveram muitas vezes de conceder vantagens especiais aos portugueses, nomeadamente na sua guerra contra os franceses ou por ocasião da falta de cereais e de gado em Portugal. Os navios de guerra portugueses encontravam refúgio em Tânger e iam livremente ali reabastecer-se. Esse reabastecimento não era por vezes objecto de qualquer restrição, contraria-

mente ao que acontecia com as outras nações.³⁶

Para além destas relações puramente militares, outra questão estratégica preocupava as autoridades portuguesas. Tratava-se de garantir ao país a segurança alimentar e de evitar o défice crónico de cereais e de gado. A proximidade com Marrocos e a importância da sua produção cerealífera nos anos de pluviosidade normal fizeram deste país, desde a Idade Média, um destino muito frequentado pelos navios mercantes portugueses.

Combate naval entre cristãos e muçulmanos.
Gravura de J. Callot (século XVIII).
Biblioteca Nacional de Lisboa

Ora o comércio destes produtos, que muitas vezes faltavam até a Marrocos, não era livre, e era objecto de restrições e de interdições repetidas. Não é pois de admirar que se verifiquem os esforços efectuados pelas autoridades portuguesas a fim de assegurar o abastecimento no mercado marroquino, tanto mais que a produção do país não parou de baixar desde o final do século XVIII e início do século XIX e que o seu consumo aumentou muito.³⁷

A compra do trigo marroquino constitui um dos elementos-chave das relações entre os dois países. Este produto representava aliás a principal mercadoria comprada a Marrocos³⁸. É por esta razão que as alusões ao comércio dos cereais e do gado, bem como às negociações respectivas, ultrapassam de longe nos documentos portugueses qualquer outro aspecto das relações entre os dois países.

Consciente da importância estratégica deste produto para Portugal, especialmente durante os períodos de escassez ou de dificuldades políticas, como por ocasião das invasões francesas e na sequência das devastações que estas provocaram, o sultão marroquino concedeu-lhe o estatuto de nação mais favorecida.³⁹

Aquando da referida invasão, os preços dos produtos agrícolas tornaram-se proibitivos. Foi então que Portugal recorreu mais uma vez a Marrocos para aí se abastecer. Ora, a despeito de uma situação difícil no país, Mulay Soulaymane, em sinal de apoio a Portugal, anunciou em carta enviada ao cônsul português: «Em sinal de amizade, autorizamos-vos a importar 20 000 fanegas isentas de direitos e 2000 bovinos... O trigo deverá ser embarcado em Safim.» Como a quantidade fosse considerada insuficiente por Lisboa, o mesmo cônsul justifica a atitude do sultão com as dificuldades internas do país. Em carta de 12 de Janeiro de 1809, ao ministro Miguel Pereira Forjaz, escreve ele:

«Ainda que parecerá a Vossa Excelência muito limitada a exportação de trigo concedida, contudo devo observar a Vossa Excelência que na consideração do systema político que segue este soberano, he uma graça singular, a qual acredita as potestas de amizade e de particularidade com que distingue a nossa corte entre outras. O general Junot desde Lisboa procurou pelas mediações dos cônsules francezes em Cadiz e neste Paiz conseguir a exportação de alguns comestíveis e não obteve couza alguma. Bonaparte mesmo despachou aqui emissários em offícios e presentes para conseguir alguns víveres para a sua esquadra em Cadiz, e para o seu exército em Hespanha, e nada obteve. A antiga corte de Madrid e o seu governo central tem feito as mais activas diligências para huma igual graça, acha-se ainda aqui hum commissionado hespanhol que veio há annos com especial carta daquelle soberano a qual apresentou a este Rey acompanhada de hum presente e joyas de grande valor, nada conseguiu, e apezar das suas diligências, e continuos gastos, e da sua assiduidade, não tem obtido athe hoje a mais leve exportação... Só Portugal lhe mereceu huma decidida predilecção.»⁴⁰

Para descrever este clima de confiança que se instaurou entre os responsáveis dos dois países, não podemos encontrar melhor do que esta carta de Mulay Soulaymane ao governador de Tânger e aos dos outros portos marroquinos (Fevereiro de 1792): «Ordenamos-te que veles pelos Portugueses e que peças para que sejam bem tratados. Todos quantos vierem terão direito a um tratamento de favor, serão protegidos contra tudo quanto possa prejudicá-los. Se alguém ousar maltratá-los ou causar prejuízo aos seus interesses, deves castigá-lo consoante o grau do delito. Os seus navios de guerra serão autorizados a carregar tudo quanto lhes faltar em bovinos, ovinos, pão, bolacha e outros

“refrescos” sem pagar o quer que seja, como lhes foi outorgado no reinado de Nosso Senhor que a Paz esteja com ele.»⁴¹ Numa carta do mesmo paxá a Martinho de Mello, datada de 3 Fevereiro de 1792, anuncia-lhe as ordens do sultão que consistem em fornecer à frota portuguesa «todo o necessário além do costumado refresco, igualmente nos recomendou o bom tratamento dos vassallos da coroa de Portugal e que os atendessemos e os distinguíssemos entre as mais nações pela amizade que o dito Senhor encontrou em a vossa soberana, como também em condescender com a sua vontade no que lhe tinha pedido.»⁴²

- ¹ Carta de Bernardo Simões Pessoa, de 17 de Junho de 1779. A.H.U., Norte de África, cx. 417. Estes documentos da A.H.U. foram postos à disposição pela Dra. Maria Joana Neto que os utilizou por ocasião da elaboração da sua tese de Mestrado: *Portugal e Marrocos, diplomacia e comércio (1760-1783)*, Faculdade de Letras, Lisboa, 1996 (2 vols.). Aproveitamos a oportunidade para lhe apresentar os nossos sinceros agradecimentos.
- ² «As grandes expressões de amizade a favor da Rainha Nossa Senhora»: mesmo documento precedente. Para o sultão Mulay Slimane, cf. AFONSO, 165.
- ³ AFONSO, António Jorge, *Portugal e o Magreb nos finais do Antigo Regime*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1998, pp. 203-205, 283-284.
- ⁴ AFONSO, 136 cf. também carta de Bernardo Simões Pessoa ao secretário de Estado da Marinha, de 19 de Janeiro de 1778, a propósito da carta do sultão (redigida em francês) concedendo o livre acesso aos portos marroquinos aos cidadãos da Rússia, de Malta, da Sardenha, da Prússia, de Nápoles, da Hungria, de Livorno, de Génova e da Alemanha. Citada por AFONSO no apêndice documental do seu estudo, p. 265.
- ⁵ *Ibid.*, pp. 109, 158. Os navios passaram a destinar-se ao transporte de material de construção entre Safo e Mogador.
- ⁶ AFONSO, 159, Cartas de Bernardo Simões Pessoa, de 2 de Setembro e 14 de Outubro de 1776. A.H.U., *Norte de África*, cx. 417, documento v. Em carta de 17 de Fevereiro de 1777, relata o castigo inflingido pelo sultão a alguns corsários que não conseguiram refugiar-se em Lisboa ou na Madeira. A.H.U., *Norte de África*. Cf. também carta de 22 de Outubro de 1777, anunciando a saída dos corsários que fariam escala nos lugares atrás mencionados. Etc.
- ⁷ A.H.U. *Norte de África*, cx. 417, carta de Bernardo Simões Pessoa, cônsul de Portugal em Marrocos, datada de 2 de Setembro de 1776.

- ⁸ A.H.U., *Norte de África*, cx. 417, carta de Bernardo Simões Pessoa, cônsul de Portugal em Marrocos, datada de 22 de Outubro de 1776.
- ⁹ A.H.U., *Norte de África*, cx. 417, diário de Bernardo Simões Pessoa, cônsul de Portugal em Marrocos (doc. posto à nossa disposição pela Dra. Maria Joana Neto, que os utilizou na elaboração da sua tese de Mestrado: *Portugal e Marrocos, diplomacia e comércio (1760-1783)*, Faculdade de Letras, Lisboa, 1996, (2 vols.).
- ¹⁰ Mohamed Aduâyif ar-ribati, *Tarikh*, Rabat, 1986, pp. 334 e 337.
- ¹¹ O. Mansouri, *Les relations maroco-portugaises (1790-1844)*. Tese inédita em árabe, Faculdade de Letras Ain Chok, Casablanca, 2000-2001, documento 314, p. 644.
- ¹² Devemos uma boa parte deste quadro à Dra. Maria Joana Neto.
- ¹³ O. Mansouri, p. 178 (apêndice documental).
- ¹⁴ *Ibid.*, p.57.
- ¹⁵ Mansouri, p. 763, doc. nº 140, carta de 14 de Junho de 1797.
- ¹⁶ *Ibid.*, p.42, nota nº 48.
- ¹⁷ A.H.U., cx 417, carta de Bernardo Simões Pessoa, cônsul de Portugal em Marrocos.
- ¹⁸ AFONSO, pp. 153-156.
- ¹⁹ OLIVEIRA MARTINS, *Portugal e Marrocos no Século XVIII*, Lisboa, 1837, pp. 103, AFONSO 110.
- ²⁰ *Ibid.*, pp. 130-135.
- ²¹ Cf. Texto integral in OLIVEIRA MARTINS, pp. 200-207.
- ²² O. MARTINS, pp. 208-209.
- ²³ AFONSO, p.175.
- ²⁴ Citado por AFONSO, *op. cit.*, p. 110.
- ²⁵ «Reflexões sobre a conveniência e vice-versa de se estabelecer a paz com o rei de Marrocos», O. Martins, pp.180-181, AFONSO, p. 175. Este autor publicou o texto integral destas reflexões no apêndice documental do seu estudo, pp. 286-287.
- ²⁶ AFONSO, pp. 286-287.
- ²⁷ Este “refresco” era segundo ordens de Moulay Slimane composto de bovinos, ovinos, leguminosas, carne salgada, trigo, bolachas, etc. MANSOURI, 104, nota 44 e doc. árabe nº 112, p. 717.
- ²⁸ AFONSO, 165.
- ²⁹ MANSOURI.
- ³⁰ *Ibid.*, 116, AFONSO, pp. 122-123.
- ³¹ AFONSO, p. 120.
- ³² Sidi Mohammed ben Abdellah ordenou que fossem punidos os corsários de Argel por terem agredido um português em Tânger. A.H.U., Norte de África, cx. 417.
- ³³ AFONSO, 178.
- ³⁴ Cf. carta do cônsul a Mulay Soulaymane, de 19.7.1797, in MANSOURI, p. 743.
- ³⁵ MANSOURI, p. 65.
- ³⁶ *Ibid.*, p. 767.
- ³⁷ AFONSO, pp. 192-193.
- ³⁸ *Ibid.*, pp. 214-215
- ³⁹ Cf. Carta de Mulay Soulaymane aos governadores dos portos, de 26/8/1793, e as de Colaço ao sultão, de 15/5/1797 e 19/7/1797 em ANTT, MNE, 299 ou MANSOURI, *op. cit.*, pp. 691, 726, 742, etc.
- ⁴⁰ Citado por AFONSO, pp. 234-235.
- ⁴¹ *Ibid.*, 116, AFONSO, pp. 122-123.
- ⁴² AFONSO, p. 278.